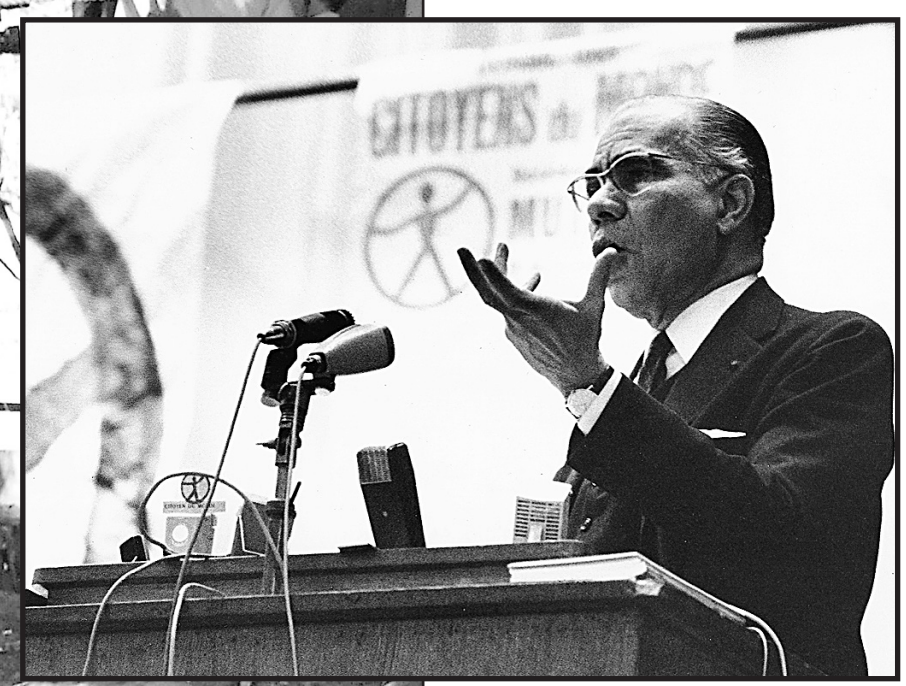
impactos da insegurança alimentar

Fotos: Luis Paulo Silva/Reprodução

Integrante de tribo guarani do litoral paulista durante oficina na edição do ano passado da SBPC, realizada na Unicamp: percepção que indígenas têm da segurança alimentar guarda peculiaridades



O médico brasileiro Josué de Castro, para quem a fome estava associada às desigualdades sociais: novas abordagens ao longo do tempo

melhora para as populações de menor rendimento, mas a situação geral de insegurança alimentar ainda preocupa. O país precisa avançar mais, para conseguir garantir acesso adequado aos alimentos tanto em quantidade quanto em qualidade. Por enquanto, esses são os únicos estudos que nos possibilitariam analisar e, de certa forma, monitorar a insegurança alimentar no nosso país.

JU – Ou seja, a situação apresenta melhora, mas não no ritmo e na dimensão desejáveis. O que está faltando para que a população em geral alcance a condição de segurança alimentar?

Ana Segall – Essa é uma questão importantíssima. As políticas públicas de segurança alimentar estão fortemente baseadas no mecanismo da transferência de renda. No bojo dessas políticas houve também um importante apoio à agricultura família e à assistência aos idosos. Paralelamente, ocorreu o aumento real do salário mínimo. Tudo isso gerou um impacto positivo em relação à redução da insegurança alimentar, principalmente na sua forma mais grave. Mas as políticas multissetoriais que deveriam acompanhar essas iniciativas ainda não tiveram eficácia. O Bolsa Família exige que o usuário do programa cumpra determinadas condicionalidades: a mulher, por exemplo, tem de fazer pré-natal e amamentar seus filhos.

O Ministério de Desenvolvimento Social tem a política de apoiar os municípios que conseguem comprovar que estão assistindo as pessoas. Entretanto, ao analisarmos os serviços, percebemos que eles não estão dando qualquer assistência adicional ou especial às pessoas mais vulneráveis. Quando olhamos os beneficiários e os não-beneficiários dos programas de transferência de renda, tendo em conta a mesma faixa de renda, concluímos que os segundos estão sempre em melhores condições de segurança alimentar do que os primeiros. Isso não acontece porque os programas não cumprem seus objetivos. Eles cumprem. Mas certamente essas pessoas apresentam outras condições desfavoráveis, que implicam maior vulnerabilidade e que precisam ser atacados com políticas e ações efetivas. Ou seja, ainda precisamos de políticas públicas mais integradas e integrais. Ao identificar um grupo populacional que tem dificuldade de acesso a alimentos, é preciso dispor de um leque de ações para poder tirar essas pessoas dessa situação.

A transferência de renda é muito importante, mas não tem sido suficiente para resolver integramente o problema. Uma questão fundamental ainda a ser atacada é a geração de oportunidades, especialmente para as pessoas cujas características sociais as afastam das possibilidades do trabalho formal e da renda suficiente e permanente. Estudos apontam que a partir de um salário mínimo per capita, as famílias não sofrem mais de insegurança alimentar grave, mesmo apresentando outras condições de vulnerabilidade.

JU – A segunda Clacmesa contará com a participação de representantes do poder público, para que eles tomem conhecimento dessas e de outras discussões?

Ana Segall – Nós convidamos os prefeitos da Região Metropolitana de Campinas e representantes do Ministério de Desenvolvimento Social, do Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] e de outros órgãos e instituições públicas. Nosso objetivo é juntar o meio acadêmico e os gestores de políticas públicas. O esforço de pesquisa que estamos fazendo é justamente para dar suporte às políticas públicas, para que elas sejam as mais eficazes possíveis.

JU – A conferência tem a proposta prévia de firmar um documento com propostas aos gestores públicos?

Ana Segall – Não temos essa preocupação prévia. Mas teremos uma sessão final de recomendações. Pode ser que isso acabe gerando um documento, uma carta, mas essa não foi uma ideia a priori. Nosso intuito é colocar as informações de forma mais clara e chamar a atenção das autoridades para as questões que estaremos debatendo e que julgamos de grande relevância.

JU – O grupo da Unicamp coordenado pela senhora teve e continua tendo um papel importante nas discussões sobre segurança alimentar, tanto em nível nacional quanto internacional. Que temas esses pesquisadores estão trabalhando no momento?

Ana Segall – O esforço que estamos fazendo é de integrar grupos dentro da Unicamp. A conferência é produto da ação de pesquisadores da Faculdade de Ciências Médicas, mais especificamente do Departamento de Medicina Preventiva e Social, do Instituto de Economia e do NEPA [Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação]. Na Unicamp tem vários grupos e pesquisadores que abordam, direta ou indiretamente, a questão da insegurança alimentar e da fome.

Temos parceria desde 2003 com pesquisadores da Feagri [Faculdade de Engenharia Agrícola]. Além disso, estamos desenvolvendo no momento um estudo que conta com a participação de duas antropólogas, uma pesquisadora do Nepo [Núcleo de Estudos de População] e outra da Faculdade de Educação Física. A proposta é desenvolver um instrumento para medir a segurança alimentar das populações indígenas. As pesquisas já estão em fase de finalização. Queremos, com isso, desenvolver um modelo capaz de captar a percepção particular das populações indígenas do Brasil. Na penúltima edição da SBPC, realizada na Unicamp no ano passado, por exemplo, indígenas de Boracéia organizaram oficinas de alimentação, por meio das quais o cacique e outros integrantes da aldeia fizeram demonstração de alimentos tradicionais e seus conceitos de alimentação foram expostos.

Dentre todos os vulneráveis à fome no Brasil, os índios são os mais vulneráveis. É um trabalho complexo, pois o acesso às informações é muito difícil. Estamos trabalhando com os guarani que vivem no litoral Norte e Sul de São Paulo. Nossa experiência com eles mostra que existem conceitos semelhantes aos da população em geral, mas, por outro lado, existem particularidades que precisam ser incorporadas. Para eles, por exemplo, o conceito de alimentação suficiente é sempre coletivo. O alimento é apenas suficiente quando pode ser dividido com os demais. Se tem para um e não para os outros, eles se julgam em situação de carência alimentar.

Outra condição importante é a questão da autonomia. Para eles, a alimentação tem um elemento sagrado, assumindo uma dimensão cosmológica. Logo, a produção dos alimentos com seus próprios meios é muito importante. Esperamos que, validado o instrumento, nós possamos estender a pesquisa para o âmbito nacional, a partir do ano que vem. Ou seja, as oportunidades de contribuição da Unicamp são muitas e a intenção é constituir um grupo com pesquisadores das várias unidades afins, porque o problema da insegurança alimentar e da fome é certamente de natureza multidimensional e, portanto, interdisciplinar.

JU – No ano que vem nós teremos eleições para a escolha do novo presidente da República. No seu entender, a questão da insegurança alimentar deve ser um tema central dos debates?

Ana Segall – Sem dúvida. Esse é um assunto que exige estar na pauta de qualquer candidato. E nós temos a obrigação de fazer com que o tema se mantenha vivo. Precisamos que os governantes se comprometam em adotar políticas públicas de Estado e não apenas de governo. As ações precisam ser coordenadas e ter continuidade, independente de quem esteja no poder.

Para saber mais

http://www.unicamp.br/nepa/clacmesa/